



Implementação da Escola Cívico-Militar a partir do Olhar dos Fluxos Múltiplos

The Civic-Military School Implementation as of the View of Multiple Streams

Implementación de la Escuela Cívico-Militar desde la Mirada de Múltiples corrientes

Mise en Œuvre de l'École Civique-militaire du point de Vue des Multiples Filières

Renato Eliseu¹, Marcelo Boscoli Batista² e Marília de Almeida Bezerra³

¹ Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil; Bacharel em Gestão de Políticas Públicas e Mestre pelo programa de pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Atualmente é professor na Pós-Graduação *lato sensu* da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0001-6722-3653> E-mail: renatoeliseu@gmail.com

² Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil. Atua junto a Argo Consultoria e Assessoria Ltda, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0000-0002-4285-2696> E-mail: mboscoli@yahoo.com.br

³ Graduada em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP, Brasil. Atua junto a Argo Consultoria e Assessoria Ltda, São Paulo, SP, Brasil.

 <https://orcid.org/0009-0005-2543-6438> E-mail: marilia.almeida7@gmail.com

Resumo

Este artículo analiza el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares en Brasil, una política pública iniciada por el Ministerio de Educación en conjunto con el Ministerio de Defensa. El programa propone la gestión educativa y administrativa de unidades educativas regulares con la participación del personal docente y el apoyo del personal militar de reserva, con un modelo de gestión basado en Colegios Militares. Utilizando el modelo de Corrientes Múltiples de John Kingdon, el análisis busca mostrar cómo las Escuelas Cívico-Militares surgieron como una de las principales políticas educativas públicas del gobierno federal. Los Flujos Múltiples ayudan a comprender la dinámica de la toma de decisiones, considerando variables como poder, racionalidad y elecciones prioritarias, simplificando realidades complejas y facilitando la comprensión de decisiones y momentos de inflexión en el escenario educativo brasileño. Un análisis crítico basado en este modelo teórico establecido es esencial para mejorar el debate e informar la toma de decisiones en el área educativa.

Palavras-Chave: Escolas Cívico-Militares; Modelo de Fluxos Múltiplos; Políticas Públicas; Educação; Agenda Governamental.

Abstract

This article examines the National Program of Civic-Military Schools in Brazil, a public policy initiative led by the Ministry of Education in conjunction with the Ministry of Defense. The program proposes the educational and administrative management of regular educational units with the participation of teaching staff and the support of retired military personnel, following a management model based on Military Schools. Using John Kingdon Multiple Streams model, the analysis aims to illustrate how Civic-Military Schools have emerged as one of the main public education policies of the federal government. The Multiple Streams model aids in understanding decision-making dynamics, considering variables such as power, rationality, and priority choices, simplifying complex realities and facilitating the comprehension of decisions and pivotal moments in the Brazilian education landscape. A critical analysis grounded in this well-established theoretical model is essential to enhance the debate and inform decision-making in the educational field.

Keywords: Civic-Military Schools, Multiple Streams Model, Public Policies, Education; Government Agenda.

Resumen

Este artículo analiza el Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares en Brasil, una política pública iniciada por el Ministerio de Educación en conjunto con el Ministerio de Defensa. El programa propone la gestión educativa y administrativa de unidades educativas regulares con la participación del personal docente y el apoyo del personal militar de reserva, con un modelo de gestión basado en Colegios Militares. Utilizando el modelo de Corrientes Múltiples de John Kingdon, el análisis busca mostrar cómo las Escuelas Cívico-Militares surgieron como una de las principales políticas educativas públicas del gobierno federal. Los Flujos Múltiples ayudan a comprender la dinámica de la toma de decisiones, considerando variables como poder, racionalidad y elecciones prioritarias, simplificando realidades complejas y facilitando la comprensión de decisiones y momentos de inflexión en el escenario educativo brasileño. Un análisis crítico basado en este modelo teórico establecido es esencial para mejorar el debate e informar la toma de decisiones en el área educativa.

Palabras Clave: Escuelas Cívico-Militares, Modelo de Corrientes Múltiples, Políticas Públicas, Educación ; Agenda Gubernamental.

Resumé

Cet article analyse le Programme national d'écoles civiques et militaires au Brésil, une politique publique initiée par le ministère de l'Éducation en collaboration avec le ministère de la Défense. Le programme propose la gestion pédagogique et administrative des unités éducatives régulières avec la participation du personnel enseignant et le soutien du personnel militaire de réserve, avec un modèle de gestion basé sur les Collèges militaires. En utilisant le modèle Multiple Streams de John Kingdon, l'analyse cherche à montrer comment les écoles civiques et militaires sont devenues l'une des principales politiques d'éducation publique du gouvernement fédéral. Les flux multiples aident à comprendre la dynamique de la prise de décision, en tenant compte de variables telles que le pouvoir, la rationalité et les choix prioritaires, en simplifiant les réalités complexes et en facilitant la compréhension des décisions et des moments d'inflexion dans le scénario éducatif brésilien. Une analyse critique basée sur ce modèle théorique établi est essentielle pour améliorer le débat et éclairer la prise de décision dans le domaine éducatif.

Mots-Clés: Écoles Civiques-Militaires, Modèle à Filières Multiples, Politiques Publiques, Education ; Agenda Gouvernemental.

Introdução

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação, realizado pela Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares em conjunto com o Ministério da Defesa e instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. O programa propõe a realizar a gestão educacional e administrativa das unidades educacionais regulares com a participação do corpo docente da escola e com apoio militar (Forças Armadas, Polícias e Corpos de Bombeiros Militares).

Segundo o MEC, “(...) O objetivo é melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas” (MEC, 2021). Tendo como exemplo, “(...) a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos Colégios Militares” (Brasil, 2019, Art. 2º, a), cujas notas do IDEB são melhores que a média nacional. Colégios Militares possuem maior IDEB, entre 6,4 e 6,8 enquanto a média nacional é 5,7 (INEP, 2019). A proposta é que os militares da reserva atuem no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e os demais profissionais da educação são responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico. A duração mínima do serviço dos militares da reserva é de dois anos, prorrogável por até dez, podendo ser cancelado a qualquer tempo. Os profissionais recebem 30% da remuneração que recebiam antes de se aposentar. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares prevê a participação de 1000 militares (MEC, 2020).

O modelo de Escolas Cívico-Militares ganhou projeção nacional a partir do Governo (do então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022)), e passou a ser uma “política prioritária”, o que pode ser verificado ao analisar as metas de implementação, no qual inicialmente eram projetadas em 216 escolas em 4 anos e, em 2021, com dois anos de governo, alcançou 124 unidades escolares, 20 escolas a mais que o número previsto na meta inicial. O programa também contou com um incremento de mais 20 milhões de reais para o ano de 2021, conforme observado no PPA e LDO (Brasil, 2019b; Brasil, 2021c).

Entender essa “política pública” em sua completude requer análises de políticas públicas que contemplem variáveis do exercício do poder, da racionalidade, modelos organizacionais, escolhas de prioridades e a própria política de educação. A fim de contribuir para o debate, o presente artigo busca analisar se o modelo de Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams*), criado por John Kingdon na obra “Agenda, Alternatives a Public Policies” (2003), contribui para explicar esse “modelo” de organização escolar se tornou uma das principais políticas públicas de educação do governo federal durante a gestão de Jair Bolsonaro.

Kingdon (2003) divide a agenda em dois tipos, sendo a primeira a “agenda governamental” e a segunda a “agenda decisória”, entendida como um subconjunto da agenda governamental que contempla os problemas “aptos” a se tornarem políticas públicas. A abordagem feita a seguir será sobre esse último modelo de agenda decisória. Para atingir tal objetivo, a pesquisa baseia-se em revisão de literatura e na análise documental, em especial os documentos oficiais, os artigos acadêmicos e os artigos de mídia corporativa virtual durante os anos de 2019 a 2021.

Este trabalho está dividido nesta introdução, apresentação do referencial teórico, seguida da contextualização das Escolas Cívicos Militares e apresentação do Modelo de Múltiplos Fluxos de Kingdon (2003), apresentação dos resultados com as bases para a análise dos dados, a análise do programa sob a ótica dos fluxos e assim traçando as considerações finais.

1. Abordagem Metodológica

Essa pesquisa tem natureza qualitativa com abordagem explicativa, aplicando revisão de literatura e a análise documental, em especial os documentos oficiais, os artigos acadêmicos e os artigos de mídia corporativa virtual.

O primeiro grupo de documentos foi selecionado por meio do Diário Oficial da União (<https://www.in.gov.br>) e Portais de Transparência, para segundo grupo de documentos foram utilizados os portais de periódicos da CAPES, bem como o portal da *Scientific Electronic Library Online* e, para mídias corporativas, foi utilizado o buscador de notícias do Google. No levantamento de trabalhos, foram utilizados como expressões-chave (descritores) os termos: Escolas Cívico Militares, Militarização de Escolas Públicas, Novos Colégios Militares, Qualidade da educação, Indicadores de Educação, Discursos Presidenciais, Discursos Ministeriais, tanto em português como em inglês, o período de referência os anos de 2018 (Campanha Eleitoral) até 2021.

2. Escolas Cívico-Militares como Política Pública no Brasil

Em 5 de setembro de 2019 (Semana da Pátria), primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, através do Decreto 10.004, assinado pelo Presidente da República, pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e pelo Ministro da Defesa, Fernando Azevedo, à época, se instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), que seria implantado pela recém criada Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM), com o apoio do Ministério da Defesa (MD), em regime de colaboração com os demais entes federados.

Essas escolas são constituídas por escolas públicas regulares que, ao aderirem ao PECIM, passam a receber “(...) conjunto de ações direcionadas ao fomento e fortalecimentos das ECIM a partir de modelo de gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa” (Brasil, 2019, Art. 2º, § 2º). O apoio técnico e financeiro é organizado em 4 pilares:

- a) Gestão de Processos Educacionais, entendida como: “(...) à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão” (Brasil, 2019, Art. 2º, § 5º);
- b) Gestão de Processos Didático-Pedagógicos, entendida como: “apoio ao processo de ensino-aprendizagem, respeitadas a autonomia das Secretarias de Educação dos entes federativos e as atribuições conferidas exclusivamente aos docentes” (Brasil, 2019, Art. 2º, § 6º);

- c) Gestão de Processos Administrativos, entendida como: “otimização dos recursos materiais e financeiros da unidade escolar” (Brasil, 2019, Art. 2º, § 7º); e
- d) Comunidade Escolar, composta aqui, pelos estudantes da unidade de ensino, seus responsáveis, professores e servidores da escola (Brasil, 2019, Art. 2º, § 8º).

Através desses pilares, busca-se atender a finalidade do programa que é “(...) promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio” (Brasil, 2019, Art. 1º).

Para contextualização, é importante destacar que, o processo de militarização das escolas públicas, não tem início apenas no ano de 2019, inspirada nos Colégios Militares Federais, as unidades federativas, a partir de meados de 1990, passaram a entregar a gestão -inclusive orçamentária - de escolas regulares às organizações militares (policiais militares e bombeiros) e/ou as secretarias de Segurança Pública, “(...) criando arranjos administrativos não previstos na legislação para administrar essas escolas” (Santos, 2020: 27).

É fundamental ressaltar que as escolas cívicas militares e militarizadas são distintas do Colégios Militares Federais, sendo os últimos, unidades de ensino que não possuem vínculo com o MEC, mas sim com o MD, incluindo a administração e manutenção financeira, e que não se vinculam às diretrizes e normas da educação brasileira, nem mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Segundo a Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), órgão do MD, no Brasil existem 15 Colégios Militares Federais (2022), que se organizam através do Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB), pela DEPA e pela Fundação Osório, ambas instituições ligadas ao exército brasileiro. De acordo com Guimarães e Lemos (2018), as escolas militares, diferentes das escolas regulares, que têm por objetivo à formação da população civil, essas se destinam “(...) a formação de seus alunos para o preenchimento das fileiras das instituições militares em todo o território brasileiro (oficiais e praças), já que são gestados pelas forças militares que compõem a esfera federal” (Guimarães e Cols, 2018: 74).

Os colégios estaduais militarizados são os colégios geridos pelas Polícias e Bombeiros militares locais, e não pelas Secretarias Estaduais de Ensino, os quais, possuem um modo de atuação semelhante aos colégios militares federais. Esses colégios “(...) apesar de serem públicos, também têm funcionamento peculiar, pois, geralmente, além da seleção de seu corpo discente, da cobrança de taxas aos alunos, da vigência de regulamentos internos específicos (advindos da caserna)” (Santos, 2020: 27).

Ao considerar somente os colégios estaduais militares, segundo Saldaña, o Brasil “(...) saltou de 93 em 2015, para 120 em 2018, [colégios militares] espalhados em 22 estados” (Saldaña, 2019) “(...) Os dados contabilizam 240 escolas públicas militarizadas no Brasil entre 1990 e dezembro de 2019, sendo que 155 (64,58%) são estaduais e 85 (35,42%) municipais” (Santos, 2019:239). Santos (2020) aponta que, o processo de militarização, ocorre de acordo com decretos locais, o que dificulta uma análise padronizada e, até mesmo, saber quantos são e a quais estruturas estão vinculados.

3. Coleta de Dados: olhar para os fluxos

Essa caracteriza-se pela aplicação dos três fluxos e seus elementos constitutivos à condução da presente análise. Isso significa que, através de documentos oficiais e mídia (ex-post), será buscado o entendimento de como as Escolas Cívico-Militares entraram na agenda decisória do governo Bolsonaro. Serão considerados os indicadores, eventos focais, feedbacks, confiabilidade técnica, compatibilidade com os valores da sociedade, custos toleráveis, clima nacional, grupos de pressão e mudanças de governo que influenciaram esse processo. Além disso, a proposta é verificar se o modelo proposto por Kingdon (2003) auxilia na compreensão desse processo.

3.1. Fluxo do Problema

O primeiro elemento que compõe o fluxo de problemas são os Indicadores, o quais podem ser compreendidos como “(...) medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático” (Januzzi, 2017: 15). Quando observamos os indicadores da educação disponível, em diversas fontes governamentais, encontramos uma relevante quantidade, para fins dessa pesquisa optamos por observar com maior profundidade o índice de qualidade de educação IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Tal escolha ocorre pois, segundo os dados do Observatório do Plano Nacional de Educação, a maior parte das metas para melhoria da qualidade da educação, mostram avanços nos últimos anos, ainda que não tenha atendido aos valores estabelecidos pelo Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), o que não justifica, assim, a criação de novos modelos de educação. No entanto, é razoável pensar que uma alternativa efetiva seria o investimento em melhorias incrementais às políticas públicas já estabelecidas.

De outro lado, segundo a pesquisa “Retratos da Sociedade Brasileira - Educação Básica” (2018), da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), uma análise de percepção de imagem sobre educação, para 74% dos brasileiros o principal problema da educação brasileira é a baixa qualidade da educação. A mesma pesquisa destaca também, que o indicador sobre a percepção de segurança nas escolas obteve a pior média na avaliação, com 3,7 em uma escala de 0 - 10. (CNI, 2018). Vale lembrar que o IDEB apresenta a métrica utilizada na justificativa da criação da Escola Cívico Militar no Brasil, sendo direcionada como meta no Plano Pluri Anual do mesmo governo.

Ao considerar esse indicador e, apesar da “lacuna da literatura sobre a eficiência dos colégios militares” (Barbosa, 2021: 18), os dados do IDEB mostram que os Colégios Militares (sobre o qual se baseia o modelo das escolas cívicos militarizadas), possuem maior nota no IDEB, entre 6,4 e 6,8, enquanto a média nacional é de 5,7 (INEP, 2019). Contudo, é importante ressaltar que tal vantagem desconsidera “(...) as

condições estruturais, financeiras e os perfis socioeconômicos dos estudantes (...)” (Pinheiro e cols., 2019: 675).

Neste ponto, é preciso reforçar as críticas, compartilhadas por Pinheiro e Cols. (2019) ao uso do IDEB como modelo de avaliação da política de educação. Na medida em que educação é construída e constituída de outros elementos, como moral, desigualdade etc., que o IDEB, não é capaz de mensurar. Ainda, segundo Zanelato (2019: 5), quando observados os dados do ensino médio, há redução ao longo dos anos das taxas de alunos retidos e/ou desligados dos colégios cívicos militares, apesar disso, a taxa de transferência de alunos para outros colégios públicos, é da ordem de 19%, maior do que a média nacional, que é de 14%.

Como já descrito anteriormente, parte dos colégios cívico-militares se utilizam de processos de seleção para acesso dos alunos. A soma dessas “estratégias” (desligamento de alunos, taxas e provas de seleção) podem indicar um dos motivos pelos quais as notas dos IDEB são maiores, no entanto, o ideal seria a adoção de uma pesquisa voltada ao objetivo de confirmar ou não a teoria. Há necessidade de ponderar-se, segundo Barbosa (2021), que as Escolas Federais de Aplicação quando considerados a renda média familiar e a despesa por aluno, são mais eficientes do que os colégios militares, ou seja, a literatura não aponta que as Escolas de Aplicação sejam o modelo escolar de melhor resultado.

Os estudos sobre o gasto na educação contribuem à compreensão do terceiro elemento do fluxo de problemas, isto é, o “feedback oriundo do monitoramento sobre o orçamento, custos e gastos”, dado que, o valor médio estimado por aluno do ensino público, segundo a Portaria Interministerial nº 3, de 13 de dezembro de 2019, é de R\$ 5.122,34 no ensino básico/ano. É importante destacar como os colégios militares são diferentes das escolas militarizadas, e não há no orçamento 2020 e nem na Portaria Interministerial nº 3, valores diferenciados de despesa por aluno para escola-cívico militar. Levando-nos a entender que o repasse/despesa por aluno será do mesmo valor, sendo que a desigualdade financeira, também é caracterizada pelo investimento a mais que é feito nessas escolas, como demonstrado acima, e nas taxas cobradas pela mesma, elementos que ainda carecem de pesquisas.

Segundo Barbosa (2021), os colégios militares, a qual as Escolas Cívicos Militares pretendem copiar o modelo, a despesa per capita é de R\$ 6.004, 91, ou seja, o gasto com o aluno é da ordem de 15 % maior do que nos demais colégios públicos. Esse elemento, por si só contribui de maneira efetiva à explicação das melhores notas no IDEB dos colégios militares, em relação às escolas regulares, porém não foram encontrados estudos aprofundados sobre o mesmo. No entanto destaca-se que, a nota do IDEB, nos colégios militares, é em média 14 % maior que nos colégios regulares. Barbosa (2021), ainda alerta que o crescimento de despesas per capita dos Colégios Militares subiu, em média, 7% entre 2016 e 2019.

É importante considerar, de acordo com estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nomeado, “*Education at a Glance*” realizado no ano de 2019: Apesar do investimento em educação no Brasil ser maior que a média dos 36 países que compõem a OCDE, quando observamos o PIB (4,22% do PIB contra 3,2% de média em 2016) o investimento por aluno é inferior à média dos países da organização. Sendo no Ensino Fundamental 1, 44% menor, no Ensino Fundamental 2, 36 % menor e, no Ensino Médio e Técnico, 41 % menor que a média dos países que integram a OCDE.

Por fim, no último elemento que compõe o fluxo de problemas, “a ocorrência de eventos, crises, desastres ou uma experiência pessoal”, não é possível relacionar diretamente o surgimento da pauta das Escolas Cívico Militares como algum evento localizador, crise, desastre etc.

Ainda sobre a violência nas escolas, a parti da perspectiva do docente, a pesquisa de *Teaching and Learning International Survey* (2018), coordenada pela OCDE, coloca o Brasil em primeiro lugar no ranking de violência contra professores. Sendo que, 12,5% dos 100 mil professores pesquisados, afirmam já terem sofrido algum tipo de violência, com um crescimento de 73% entre 2018 e 2019. O estudo também indica que as condições emocionais causadas pela violência é uma das causas de absenteísmo entre os professores (Porto e cols., 2021).

Ao invés da violência e da qualidade da educação, o que se encontra nas falas dos decisores da política em questão, são menções aos elementos de “combate ideológico” ou moral, como pode ser percebido na seguinte narrativa de Jair Bolsonaro: “Aqui queremos que o jovem de 22 ou 25 anos seja formado um bom profissional, um bom patrão, um bom liberal, e não um militante, como acontece muito no Brasil” (Valor Econômico, 2020), ou ainda, um posicionamento de criminalização da pobreza: “Queremos resgatar o pobre e não é só por meio de programa social, que em grande parte não resgata”. Ambas as falas são do então presidente da república à época, na inauguração de uma escola cívico-militar na Zona Norte do Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 2020 (Valor Econômico, 2020).

Também no momento de lançamento do PECIM, o mesmo discursou sobre os elementos de moralidade como: “Nós queremos integrar, botar na cabeça de toda essa garotada a importância dos valores cívico-militares como tínhamos há pouco, no governo militar, sobre educação moral e cívica” (Brasil, 2019). Ainda sobre as narrativas presentes no discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, é possível destacar o elemento da disciplina como algo estruturante do seu posicionamento. No mesmo evento o ex-presidente declarou: “E por que que a tendência nessas escolas militarizadas é dar certo? Sem querer desmerecer ou dizer que as outras não dão certo, também dão certo, mas uma taxa muito maior nas militarizadas. Por quê? Tem disciplina.” (Brasil, 2019). Vale destacar que tais falas foram repetidas pelo então ministro da educação no mesmo episódio. Essas falas, embora possam não estar diretamente relacionadas ao fluxo de problemas, ainda assim fornecem subsídios valiosos para a análise do fluxo político.

3.2. Fluxo de Alternativas

Ao analisar o segundo fluxo, (*policy stream*), a busca pela compreensão da “preferência” de escolha do decisor pelo modelo de militarização, ganha destaque o papel dos atores auxiliares do então presidente. Isso porque, foi o governo com maior número de militares em cargos de livre provimento (cargo de confiança/cargos de comissão).

Segundo o levantamento do Tribunal de Contas da União, até julho de 2020, 6.157 militares tanto da ativa quanto da reserva encontravam-se em cargos de livre provimento (TCU, 2020), dentre esses, seis ministros em 2021 (em 2020 chegando à oito ministros, ou seja 44 % dos ministérios). Além disso, o Ministério da Educação passou por problemas de descontinuidade, com a nomeação de quatro ministros em pouco mais de dois anos e meio de governo, o que evidenciou o enfraquecimento e a falta de planejamento existentes na gestão.

Por outro lado, há uma clara rejeição ao modelo de educação atual, o qual é considerado, por esses atores, como ideologizada, questão que pode ser vista de maneira explícita nas constantes falas do ex-presidente em apoio ao grupo “Escola sem partido”, em que acusam as escolas como um espaço de doutrinação da teorias marxista, como por exemplo na frase: “Professor tem que ensinar e não doutrinar”, escrita no Twitter do ex-presidente em 28/04/2019 ou ainda “Nós queremos a escola sem partido ou, se tiver partido, que tenha os dois lados. Isso tem que ser. Não pode é ter um lado só na sala de aula. Isso leva ao que nós não queremos” (Agência Brasil, 2019), ou ainda aos ataques feitos à Educação em Direitos Humanos, como descrito por Franco e Filho (2021), este conjunto de elementos ajudam a compreender o porquê de algumas ideias receberem atenção, em detrimento de outras. Uma vez que, o modelo das Escolas Cívicas Militares possui maior alinhamento com o pensamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Tais aspectos permitem uma compreensão do porquê da preferência pela alternativa da escola cívico-militar em relação às demais, ao mesmo tempo em que responde aos fluxos apresentados por Kingdon (2003).

Reiterando o apoio nos dados apresentados no fluxo do problema, em relação à despesa per capita, mesmo diante de despesas superiores nos colégios militar e, usado de parâmetro, em relação aos colégios regulares, ambos têm repasse abaixo dos valores médios da OCDE, conforme já demonstrado. Nesse contexto, a análise não pode afirmar, uma vez que não existem estudos sobre os impactos das taxas cobradas e dos investimentos, se os custos dos colégios cívico-militares são de fato um fator que leva a qualidade do ensino. Novamente, nesse quesito, destaca-se o elemento gerador de desigualdade, visto que, os colégios militarizados recebem uma renda mais alta, em relação às escolas regulares, ao ter mais investimentos e, conseqüentemente, receberam também uma renda mais alta, além das taxas cobradas, como pode ser visto no caso de Goiás em que os colégios militares recebem mais recursos por aluno que colégio regulares.

Esses fatores, somados aos elementos orçamentários já demonstrados em dados do PPA e da LOA, também indicam que o PECIM responde de forma positiva ao elemento da “capacidade de antecipar contingenciamentos futuros”. Visto que, ao cessar o investimento, no momento da implantação da Escola Cívica Militar, não ocasionaria prejuízos à política de educação como um todo, mas somente ao modelo de Escolas Cívicas Militares, voltando assim a escola ao seu modelo regular.

No que diz respeito a “compatibilidade dessa solução com os valores da sociedade”, levando em consideração a pesquisa Ibope Inteligência (2018)¹ há um crescimento do conservadorismo no Brasil, em especial, na população mais escolarizados, atingindo 55% da população brasileira, índice que era de 49% em 2010. Segundo o mesmo instituto, o principal motivo alavancador desse índice, são as questões relativas à segurança pública. Quanto à “compatibilidade dessa solução com os valores da sociedade”, a pesquisa do Ibope Inteligência (2018) indica um crescimento do conservadorismo no Brasil, especialmente entre as pessoas mais escolarizadas, alcançando 55% da população – um aumento em relação aos 49% registrados em 2010. Segundo o instituto, o principal fator que impulsiona esse aumento está relacionado à segurança

¹ O índice reflete a proporção de brasileiros que apoiam ou refutam cinco propostas: casamento de pessoas do mesmo sexo, legalização do aborto, redução da maioridade penal, prisão perpétua para crimes hediondos e adoção da pena de morte.

pública. Embora essa segurança seja muitas vezes apenas simbólica (pois não há pesquisas que comprovem que as Escolas Cívico-Militares sejam realmente mais seguras), essa percepção de segurança alinha-se ao que a população espera desse modelo. Isso se deve ao fato de essas escolas serem “geridas” por forças de segurança e incluírem “disciplina” entre seus valores, conforme descrito no manual de implementação do programa.

Além disso, é importante considerar que um dos critérios à implementação das Escolas Cívico-Militares é a realização de uma consulta prévia à comunidade. Sobre a consulta pública feita à comunidade a SECIM, lançou um manual, não regulamentado em forma de portaria, com sugestões sobre como essa consulta deveria ocorrer. Alertando que: “O governo local pode escolher outra forma de realizar a consulta pública. No entanto, é necessário garantir o encaminhamento da consolidação do resultado ao Ministério da Educação por meio de documento oficial assinado pelos responsáveis” (MEC, 2019c: 3).

Segundo o mesmo manual, denominado somente de Consulta Pública, devem ser realizado quatro passos nesta etapa de adesão, sendo eles: primeiro, a convocação, por diversos meios de comunicação, da comunidade escolar, para participação na primeira reunião, a segunda, chamada de “Audiência de Esclarecimento”. Na qual, ocorrem a explicação do modelo, nesta reunião se propõem que haja alguém com capacitação no assunto ou sejam utilizadas as informações do site oficial. A terceira reunião em formato de “Consulta Pública”, teria como objetivo verificar a aceitação ou não do modelo pela comunidade, ressalta-se nessa etapa que o método mais utilizado é a votação, desde que estejam claras as regras da mesma e por fim o envio formal do resultado da consulta pública ao MEC. O mesmo manual ainda ressalta que:

(...) possam participar da etapa consultiva os estudantes matriculados na escola, a partir dos 16 anos de idade, o responsável legal do estudante (tendo direito a um único voto por família, independentemente do número de filhos) matriculado e com frequência escolar regular nos doze meses que antecedem o processo de votação, professores efetivos, temporários, em função técnico-pedagógica, além de assistentes administrativos educacionais e auxiliares de serviços gerais (MEC, 2019c:3.).

Devido à falta de pesquisas, processos e outras informações que indiquem fraudes ou problemas nessa forma de participação da comunidade, pode-se inferir que, em todos os locais onde esse modelo foi implementado ou está em processo de implementação, houve uma maioria da população que aprovou o modelo.²

Ainda como exemplo dessa “aceitação” do modelo por parte da população, está o Estado do Paraná, que em audiência pública estadual feita pela Secretaria da Educação e do Esporte, via internet, buscou aprovar a migração de 216 escolas tradicionais para o modelo Cívico-Militar. Somente membros da

² É importante salientar que não foram encontradas pesquisas ou vídeos sobre (dinâmica de acontecimentos) esse modelo de audiência, assim não é possível dizer se a comunidade escolar tem total ciência sobre o que é quais as implicações da implementação desse modelo.

comunidade escolar afetada podem votar. Como resultado deste processo, 186 escolas, ou seja, 86%, das escolas optaram pela mudança do modelo e 25 ou 11 % pela manutenção do modelo atual e 5 escolas, que representam 3%, não atingiram o quórum mínimo para tomada de decisão. Essa consulta teve a participação de 74 mil participantes, dos quais 55.443 foram votos favoráveis ao modelo cívico-militar – a audiência pública ocorreu ao longo de 9 dias (Paraná, 2020).

3.3. Fluxo Político

Por fim, ao analisar o último fluxo, “fluxo político”, o primeiro elemento a ser examinado é o clima nacional. Neste sentido, já foi demonstrado que, apesar de não ser o objetivo da escola cívico militar, há uma confluência de pauta da mesma, pela sua “sensação de segurança”, como desejo da população por mais segurança nas escolas conforme demonstrado na pesquisa CNI (2018), acima relatada.

Além disso, há de se considerar que, no momento do anúncio dessa política, haviam se passado sete meses do início do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que ganhou eleição no segundo turno com 55,13% dos votos, ou seja, o governo ainda contava com o apoio de parte da população, ao levar em consideração o início do governo, refletido na pesquisa de aprovação, que naquele momento se encontrava com avaliação positiva de 63% (sendo ótimo ou bom com 31% e regular 32%) enquanto sua avaliação negativa (ruim ou péssimo) estava na ordem de 34 % (CNI, 2019). Além disso, é importante recordar que, apesar das Escolas Cívico Militares não estarem presentes no Plano de Governo, neste documento, estava contida a promessa de estabelecer Colégios Militares em todas as capitais. Contudo, dada a falta de clareza em relação às distinções para a maior parte da população, essa medida pode ter sido percebida como uma maneira de atender à meta e à promessa eleitoral.

No que diz respeito ao segundo elemento do fluxo político das “forças políticas organizadas”, destaca-se que, apesar de iniciar o governo com apenas 3 partidos como base formal do governo o Partido Social Liberal, (PSL), o Democratas (DEM) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o total de 15 partidos estavam “dispostos” a apoiar parte das pautas governistas. Vale ressaltar que o PSL, até então partido do ex-presidente, contava com a segunda maior bancada na Câmara com 52 deputados, perdendo somente para o Partido dos Trabalhadores (PT), com 54 deputados (TSE, 2019). Esses números, apesar de serem capazes de mostrar uma eventual instabilidade na base do governo, também podem demonstrar instabilidade na bancada da oposição, no poder legislativo. Destaca-se ainda que, naquele momento, a maior dificuldade de pautar as ações do Governo Federal junto ao Congresso se encontrava no então presidente da Câmara Rodrigo Maia, que apesar de, naquele momento, ser de um partido da base do Governo, o Partido Democratas (DEM), desde o primeiro mês de governo se colocou como oposição ao governo à época (Valor, 2019).

Por sua vez, essa “dificuldade” na criação do PECIM, foi “solucionada” com a Câmara dos deputados, por parte do governo, com o uso do instrumento do Decreto Presidencial (que regulamenta as leis e dispõem sobre a organização da administração pública, não necessitando de uma aprovação legislativa), ao

invés de uma proposta legislativa na forma de lei, que obrigatoriamente passaria pela Câmara dos Deputados. Destaca-se que Bolsonaro é, desde o ex-presidente Fernando Collor (1987-1989), o presidente que mais editou decretos e medidas provisórias, o que reforça o argumento de ser um governo com base instável (537 decretos e 48 medidas provisórias foram apresentadas no ano de 2019, primeiro ano de mandato).

Em 2019 foi apresentado pelo Deputado Ivan Valente do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 643/19, com o objetivo de suspender o decreto do então presidente Jair Bolsonaro. Porém, esse PL não avançou, contando somente com a nomeação de uma relatora, a deputada Leda Sadala (AVANTE-AP), mas não foi levado à discussão por alguma comissão no Parlamento (Câmara, 2020).

Para além do legislativo, no Poder Judiciário não ocorreu nenhuma oposição frente a instalação dessas políticas, as ações ocorridas foram apenas de impacto ou âmbito local, como em Sorocaba onde, a pedido do Ministério Público, adiou-se a inauguração de uma escola cívico-militar até a realização da análise por parte do Conselho de Educação Local, em maio de 2021. E, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de autoria de três partidos (PSOL, PT e PCdoB), em abril de 2021, protocolada (Protocolo: 00515882520211000000 e Petição 37371/2021) no Supremo Tribunal Federal contra a Lei 20.338/2020 que institui o Programa de Colégios Cívico-Militares nas escolas públicas do Estado do Paraná, que não foi a julgamento, ADI que propõem a inconstitucionalidade do PECIM.

Evidencia-se ainda que essa é uma política que fortaleceu os laços do ex-presidente com a base de apoio ao governo, visto que, representou uma maneira de proporcionar um aumento de renda aos militares que se encontram na reserva. Também, estava diretamente alinhada a ideologia defendida por sua base de apoio no congresso.

A maior parte da oposição ao PECIM vem dos movimentos sociais, em especial dos sindicatos e grupos ligados à Educação, porém, não se encontrou nenhuma medida nacional sobre o tema. Ainda se encontra incipiente o Observatório Nacional das Escolas Cívico-Militares, é uma iniciativa voltada para o monitoramento, análise e avaliação das Escolas Cívico-Militares implantadas no país. As ações desses grupos, talvez pela desagregação neste momento, acabaram não se caracterizando como instrumentos de pressão com capacidade de fazer com que os formuladores avaliem que o equilíbrio das forças é desfavorável, o que é potencializado pela criminalização que o governo, do então presidente Bolsonaro impõe a esses grupos. (De Fátima, 2021). Durante o período de pesquisa não foram encontradas quaisquer manifestações do Conselho Nacional de Educação sobre o assunto, e, nem oposição da mídia.

4. Análise do Programa à Luz dos Fluxos

A falta de dados, em especial de dados oficiais, fez com que a maior parte dos artigos de mídia fossem pautados nas descrições das ações do programa e sua análise por especialistas em educação, gestão

pública entre outros. A ausência de dados, especialmente de dados oficiais, levou a maioria dos artigos da mídia a se basear nas descrições das ações do programa e nas análises de especialistas em áreas como educação e gestão pública. Observa-se que a maior parte desses artigos destaca os aspectos positivos relacionados à "qualidade" da educação oferecida pelos colégios militares e à sensação de segurança promovida por esse modelo. Ao mesmo tempo, importantes críticas são levantadas por especialistas, algumas das quais são refletidas também em estudos acadêmicos.

Importante destacar que, como mostra Ximenes, Stuchi e Moreira (2019: 613.), "(...) a diferença de denominação, no contexto atual brasileiro, expressa um modelo jurídico-administrativo em formulação, experimentação e implementação (...)" ou seja, é uma política pública que ainda se encontra em processo de definição e, por isso, as produções de conhecimento futuro devem ser cada vez maiores.

A perspectiva do Incrementalismo de Lindblom (1979) ajuda a compreender o modelo, uma vez que o plano de governo originalmente previa a construção de colégios militares. No entanto, ao constatar a inviabilidade dessa construção — fato evidenciado pela ausência de previsão no PPA — optou-se por implementar um modelo educacional que se aproximasse da proposta inicial. Este artigo não aborda as razões específicas para a não construção dos colégios, mas observa que a escolha do modelo atual seguiu uma lógica de decisões marginais e incrementais, que não resultaram em mudanças estruturais nas políticas existentes.

Essa perspectiva incrementalista ganha força visto que, o PECIM "(...) se inspira nos vários desenhos existentes nos estados [escolas militarizadas], especialmente nas regiões Centro-Oeste e Norte do país" (Ximenes, Stuchi E Moreira, 2019: 616.), por exemplo, a escola militarizada mais antiga do Brasil está localizada em Manaus/AM, datada sua fundação no ano de 1994. Sob a responsabilidade da Polícia Militar de Goiás existem mais de 60 escolas militarizadas (Ximenes, Stuchi E Moreira, 2019).

O fluxo político apresenta um maior número de elementos com influência evidente na inclusão das Escolas Cívico-Militares na agenda decisória, tornando-o determinante para a criação da janela de oportunidade. Além disso, o modelo de fluxos múltiplos ajuda a entender como a ideia ascende à agenda decisória.

No caso das Escolas Cívico-Militares, a eleição do presidente Jair Bolsonaro e sua defesa das Escolas Cívico-Militares como modelo a ser seguido pela escola pública brasileira pode ter sido um fator determinante para que essa questão entrasse na agenda decisória do seu governo.

Ao mesmo tempo, a criação de uma subsecretaria no Ministério da Educação (MEC) para fomentar a implantação dessas escolas nas redes públicas também pode ter sido um fator importante. Essa subsecretaria passou a considerar as Escolas Cívico-Militares como "modelo de escola de alto nível" que segue, "padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares"(Brasil,2019). O que representa um salto no processo de militarização das escolas públicas, uma vez que, de experiência isolada em alguns estados, passa a ser apresentado como política a ser adotada em todo o país.

Considerações Finais

Após analisarmos a teoria de Kingdon dos Múltiplos fluxos, podemos observar que, quanto ao fluxo de problema é possível perceber que a maioria dos brasileiros considera a baixa qualidade da educação como o principal problema. Nesse sentido, os colégios militares, que servem de base ao modelo das Escolas Cívico-Militares, apresentam pontuações mais altas no IDEB, porém essas pontuações podem ser influenciadas por diferentes fatores, como condições estruturais, orçamentárias e socioeconômicas dos estudantes. Quanto aos gastos públicos, fica evidenciado que os colégios militares têm um gasto per capita maior do que os demais colégios públicos, mas não há estudos que comprovem a relação direta entre os custos e o desempenho no IDEB.

Quanto ao fluxo de alternativas, observa-se a preferência do governo anterior (2018-2022) pela militarização das escolas, influenciada pelo alto número de militares em cargos de livre provimento e pela rejeição ao modelo educacional atual, considerado ideologizado. No entanto, a confiabilidade técnica dos colégios militares como modelo a ser seguido é questionável, uma vez que não há estudos conclusivos sobre sua eficiência. Apesar das críticas e da falta de embasamento técnico, a proposta das Escolas Cívico-Militares se alinha aos valores conservadores que têm crescido na sociedade brasileira nos últimos anos, especialmente no que diz respeito à segurança pública.

Por sua vez, o fluxo político desempenha um papel importante na inclusão das Escolas Cívico-Militares na agenda decisória. As Escolas Cívico-Militares se beneficiaram de um clima nacional favorável, impulsionado pelo desejo da população por maior segurança nas escolas. Além disso, no início do governo Bolsonaro, havia um certo prestígio e apoio da população, refletido em pesquisas de aprovação do governo. A resistência ao PECIM foi predominantemente proveniente de movimentos sociais, especialmente sindicatos e grupos ligados à Educação, embora não tenha havido uma ação nacional abrangente sobre o tema. A falta de uma mobilização unificada desses grupos pode ter limitado sua capacidade de pressionar os formuladores de políticas.

É importante ressaltar que as Escolas Cívico-Militares fortalecem os laços do ex-presidente Bolsonaro, com sua base de apoio, ao promover aumento de renda para militares da reserva e se alinhar à ideologia defendida por seus apoiadores. Em suma, a falta de dados oficiais sobre os colégios militares e a natureza em desenvolvimento dessa política pública resultam em uma análise limitada e baseada em descrições de ações e opiniões de especialistas.

Embora a análise usando o modelo de Fluxos Múltiplos não seja capaz de aprofundar o momento decisório da política pública, algumas críticas podem ser feitas a essa política, como a baixa capacidade preditiva, a ênfase descritiva e as dúvidas sobre o caráter incremental na construção de alternativas.

Vale ressaltar que o decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que serviu de base para esse artigo, foi revogado pelo Decreto nº 11.611, de 2023, primeiro ano do governo Lula. Em seu Art. 1º tem a seguinte redação: “Fica revogado o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019” (Brasil, 2023).

Portanto entendemos que o Modelo dos Fluxos Múltiplos de Kingdon foi capaz de demonstrar, através da análise de cada um dos fluxos, como a janela de oportunidade se desenvolveu até atingir as condições necessárias para se tornar uma política pública efetiva.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Luana C., Dalben, Adilson., & Freitas, Luiz C. de (2013). O Ideb: limites e ilusões de uma política educacional. *Educação & Sociedade*, 34(125), 1153-1174. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000400008>
- Alves, Míriam. F., Toschi, Mirza. S., & Ferreira, Neusa. S. R. (2018). Os colégios militares em Goiás: Processo de expansão e diferenciação da rede estadual. *Retratos da Escola*, 12(23), 271-287. <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.865>
- Barbosa, Karla Marisa F. (2021). *Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação: Uma análise de benchmark no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília. <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/3368>
- Baumgartner, Frank. R., & Jones, Bryan D. (1993). *Agendas and Instability in American Politics*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bonafont, Laura C. (2004). *Redes de políticas públicas*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Capella, Ana C. N. (2005). Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. Em: *XXI Encontro Anual da ANPOCS GT19 - Políticas Públicas*. São Paulo, SP.
- Capella, Ana C. N. (2006). Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (61), 25-52. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/291>
- CNI. (2018). *Retratos da Sociedade Brasileira - Educação Básica* (Ano 7, n.42). Brasília: Confederação Nacional da Indústria, Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade.
- CNI/IBOPE. (2019). *Pesquisa CNI/IBOPE - Avaliação do Governo - Setembro/2019*. Brasília: CNI.
- Cohen, Michae. D., March, James. G., & Olsen, Johan. P. (1972). A Garbage Can Model of Organizational Choice. *Administrative Science Quarterly*, 17(1), 1-25. <https://doi.org/10.2307/2392088>
- Decreto nº 10.004. (2019, 05 de Setembro). Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Presidência da República.
- Decreto Nº 11.611. (2023, 19 de Julho). Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Presidência da República.
- Dye, Thomas D. (1984). *Understanding Public Policy*. Prentice-Hall.
- Franco, Clarissa de., & Filho, Eduardo M. de A. M. (2020). Um estado "terrivelmente cristão" e privatizador: A opressão à educação em direitos humanos no governo Bolsonaro. *Estudos Teológicos*, 60, 134-155. <http://dx.doi.org/10.22351/et.v60i1.3909>
- Freitas, Carolina. (2019, 08 de Fevereiro de). Bolsonaro comenta declarações de Maia e o acusa de fazer "política barata". *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/02/08/bolsonaro-comenta-declaracoes-de-maia-e-o-acusa-de-fazer-politica-barata.ghml>
- Gaetani, Francisco. (2008). *Constitutional public management reforms in modern Brazil 1930-1998*. Tese (PhD). London School of Economics and Political Science, Londres.

- Governo do Estado do Paraná. (2021). *Consulta Pública do modelo Cívico-Militar aprova mudança em 186 colégios*. <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Consulta-publica-do-modelo-Civico-Militar-aprova-mudanca-em-186-colegios>
- Guimarães, Paula C. P. (2017) Os Novos Modelos de Gestão Militarizadas das Escolas Estaduais de Goiás. Em *24º Simpósio Nacional de História*. Brasília.
- INEP. *IDEB-Resultados e Metas*. <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>
- Jannuzzi, Paulo M. (2017). *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Editora Alínea.
- Kingdom, John W. (1997). *Agendas, alternatives and public policies*. Harper Collins College Publishers
- Laboissière, Paula. (2019, 28 de Abril de). Bolsonaro volta a defender Escola sem Partido. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-04/bolsonaro-volta-defender-escola-sem-partido>
- Lei Nº 13.971, de 27 de Dezembro de 2019. (2019, 30 de Dezembro). Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. *Diário Oficial da União*, página 1, coluna 1
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de Dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1.
- Lei Nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020. (2020, 31 de Dezembro). Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, página 1, coluna 1.
- Lindblom, Charles E. (1979). Still Muddling, Not Yet Through. *Public Administration Review*, 39 (6), 517-526. <https://doi.org/10.2307/976178>
- March, James G., & Weissinger-Baylon, Roger. (1986). *Ambiguity and Command: Organizational Perspective on Military Decision Making*. Harpercollins College Div.
- March, James G., & Olsen, Johan P. (1972). A Garbage Can Model of Organizational Choice. *Administrative Science Quarterly* 17(1), 1–25. <https://doi.org/10.2307/2392088>
- Mendonça, Erasto F. (2020). Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? *Revista Retratos da Escola*, 13(27), 621-636. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>
- Merton, Robert K. (1970). *Sociologia: teoria e estrutura*. Mestre Jou.
- Ministério da Educação. (2020a). *Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC*. <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>
- Ministério da Educação. (2019b). *Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023*. <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/51651-escolas-civico-militares>
- Ministério da Educação. (2019c) *Manual das Escolas Cívico-Militares*. <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/respostapedidoecimfinal.pdf>
- Ministério da Educação. (2020). *Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares*. Portal Brasília, DF. <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>
- Moura, Rayane. (2020, 03 de Dezembro de). Escola cívico-militar é uma opção para todo o país? Veja prós e contras. *ECO A UOL*. <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/2020/12/03/escola-civico-militar-e-uma-opcao-para-todo-o-pais-veja-pros-e-contras.htm>
- OECD. (2019) *Education at a Glance (EAG)*. <http://inep.gov.br/education-at-a-glance>

- OECD. (2021). *Education in Brazil: an international perspective*. https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-in-brazil_60a667f7-en
- Palácio do Planalto. (2019). *Discurso do Presidente República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Lançamento do Programa Nacional de escolas Cívico-Militares*. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-escolas-civico-militares-pecim-palacio-do-planalto>
- PDL 643/2019. (2019, 01 de Outubro). Susta os efeitos do Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que "Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares". *Câmara dos Deputados*.
- Peter, B. Guy., & Hogwood, Brian W. (1985). In search of the inssue-Attention Cycle. *The Journal of Politics*, 47(1), 238-253. Acessado em 27 de Agosto de 2021: <https://doi.org/10.2307/2131074>
- Pinheiro, Daniel C., Pereira., Rafael D., & Sabino, Geruza F. T. (2019). Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPA*, 35(3), 667-688. <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.95957>
- Portal Gov.br. (2021). *Programa Escolas Cívico-Militares deverá chegar a mais de 200 colégios até 2023*. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/06/programa-escolas-civico-militares-devera-chegar-a-mais-de-200-colegios-ate-2023#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas,em%2074%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino>
- Porto, Tatiana N. R. dos S., Rodrigues, Tatyane S., Mendes, Mara M. P., Sousa, Raísa M. M. de., Feitosa, Gaubeline T., Sousa, Isaura D. B., Neves, Nisleide V. P. das., & Reis, Leonilson N. dos. (2021). Principais causas de absenteísmo por professores: revisão integrativa de literatura. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(1), e5135. <https://doi.org/10.25248/reas.e5135.2021>
- Queiroz, Eliani de F. C. (2022). Os Movimentos Sociais e o Ativismo No Brasil no Embate com o Governo de Extrema Direita de Jair Bolsonaro. *Revista Movimentos Sociais*, 4(6). <https://redelp.net/index.php/rms/article/view/703>
- Saldaña, Paulo. (2019, 18 de Fevereiro de). Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/02/escolas-militares-e-colegios-civis-com-mesmo-perfil-tem-desempenhos-similar.shtml#:~:text=Escolas%20militares%20t%C3%AAm%20desempenho%20similar,perfil%20socioecon%C3%B4mico%20t%C3%AAm%20resultado%20melhor>
- Santos, Eduardo J. (2020). *Militarização das Escolas Públicas no Brasil: Expansão, Significados e Tendências*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Secchi, Leonardo, Coelho, Fernando S., & Pires, Valdemir. (2019). *Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concurso*. Cengage Learning.
- Souza, Celina. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>
- Subirats, Joan. (1989). *Análises de políticas y eficacia de lá administración*. Madrid: Instituto Nacional de Adminitracion Publica.
- Tribunal de Contas da União. (2020). *Memorando nº 57/2020-Segecex*. <https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>

- Tribunal Superior Eleitoral. (2018). *Divulgação dos Resultados de Eleição*.
<http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>
- Vasconcelos, Gabriel. (2020, 14 de Agosto de). Escolas Cívico-Militares são 'meio de resgatar os pobres', diz Bolsonaro. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/08/14/bolsonaro-participa-de-inaugurao-de-escola-cvico-militar-no-rio-onde-passa-o-dia.ghtml>
- Ximenes, Salomão B., Stuchi, Carolina G., & Moreira, Márcio A. M. (2019). A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. *Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE*. 35(3), 612-632.
<https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96483>
- Zahariadis, Nikolaos. (2007). The multiple streams framework: structure, limitations, prospects. Em: Paulo Sabatier. *Theories of the policy process*. Routledge

Recebido em 10/06/2024.
Revisado em 15/07/2024.
Aceito em 11/08/2024.